

Desigualdade e pobreza na América Latina e Caribe: reflexões para um debate sobre infância e criança

Inequality and poverty in Latin America and the Caribbean: reflections for a debate on children and children

¹ Claudionor Renato da Silva claudionorsil@gmail.com

¹ Pedagogo e licenciado em Pedagogia. Especialista em gestão educacional. Mestre em Educação (ufscar) e doutor em Educação Escolar (UNESP/FCLAr). Docente e pesquisador do curso de Pedagogia e do mestrado em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Jataí (Goiás).

Resumo

O tema da desigualdade e pobreza na infância e da criança assume, na América Latina e Caribe, nesses últimos anos, uma singularidade na produção de pesquisa científica, nessa região, constituindo-se multidisciplinar, mas com forte avanço, sobretudo nas ciências humanas e sociais. A problemática que gera este artigo é a pergunta: que reflexões podem ser organizadas para um debate sobre as desigualdades sociais e a pobreza da infância e da criança latino-americana e caribenha? Objetiva-se, assim, de maneira geral, a organização de um roteiro de debate sobre o tema, subsidiando a continuidade das pesquisas, tanto em educação como em sociologia. A metodologia é bibliográfica, em que, a partir da problemática instaurada, buscam-se respostas no interior da literatura sobre o tema, bem como se apontam encaminhamentos e ações. Nos resultados, a organização de um roteiro de debates sobre os desafios diante do tema, incluindo-se no roteiro algumas propostas de ações de cunho político, de ação universitária e de participação social como, por exemplo, maior investimento financeiro em políticas públicas que já existem ou que precisam ser elaboradas; "cobrança" social pela efetividade da legislação existente voltada à infância e à criança, mas também para a elaboração de novas legislações por demandas locais.

Palavras-chave

Desigualdade e pobreza. América Latina e Caribe. Infância e criança.

Abstract

The theme of inequality and poverty in childhood and the child in Latin America and the Caribbean, in recent years, is a singularity in the production of scientific research in this region, being multidisciplinary, but with a strong advance, especially in the humanities and social sciences. The problem that generates this article is the question: what reflections can be organized for a debate on the social inequalities and poverty of Latin American and Caribbean children and their children? In general, the aim is to organize a debate on the subject, subsidizing the continuity of research, both in education and in sociology. The methodology is bibliographical, in which, based on the established problem, we seek answers within the literature on the subject, as well as pointing out referrals and actions. The results: the organization of a script of debates on the challenges, in front of the theme; The script also includes some proposals for political actions, university action and social participation, such as greater financial investment in public policies that already exist or need to be elaborated; Social "collection" for the effectiveness of existing legislation aimed at children and children, but also for the drafting of new legislation, by local demands.

Keywords

Inequality and poverty. Latin America and the Caribbean. Childhood and child.

Como você deve citar?

SILVA, Claudionor Renato da. Desigualdade e pobreza na América Latina e Caribe: reflexões para um debate sobre infância e criança. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 44, p. 89-100, dezembro 2020.

1 INTRODUÇÃO

Desigualdade, em um entendimento simples e semântico, é a ausência da igualdade. Entretanto, como se apresenta nas concepções e conceitos das ciências sociais, desigualdade está para além da ausência de igualdade, pois abrange variáveis acopladas, como pobreza, políticas públicas deficitárias ou ineficazes, por exemplo. O conceito é diverso e possui várias vertentes. Não há uma conceituação, uma ideia harmônica e, por isso, a opção pelo conceito dado por um órgão internacional, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (CEPAL, 2016; 2020).

Com a CEPAL, é possível tecer entendimentos sobre a desigualdade, a partir da consideração de um Estado que seja ou se configure com grau moderado de igualdade ou parcialmente igualitário.

O demarcador de desigualdade é o Estado zelador de uma política de governabilidade que assegure a igualdade, efetivamente. O Estado será desigual, e, portanto, totalmente descompromissado com a igualdade, quando não constrói políticas de eliminação da desigualdade, mesmo que seja um país democrático e tenha discursos democráticos.

A questão das desigualdades e da pobreza na América Latina e Caribe são, atualmente, urgentes e significativas (BRINGEL; VARELLA, 2016; GAITÁN; LANZARA, 2018; PÉREZ-SÁINZ, 2019), mais, ainda, ao se tratar da infância, uma luta antiga das Nações Unidas, através do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. A infância, ganha também importantes repercussões na produção científica mundial, diante da atual pandemia da COVID-19, que tende a acelerar, na macrorregião em estudo, os índices de desigualdade e pobreza das crianças latino-americanas e caribenhas, ligados às questões econômicas e de saúde, em situações de vulnerabilidade, sobretudo.

É fato que se pode dizer que determinado Estado caminha para extinção ou diminuição das desigualdades, quando caminha em direção a uma política igualitária. Mas, mesmo nesse caminho, é um Estado que ainda convive com a desigualdade, ou seja, as oportunidades não são iguais para todos(as) e haverá todo esforço de políticas públicas em todas as dimensões que atendam ao humano.

Igualdade é uma palavra e um conceito já presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como condição para a liberdade. Como um dos três lemas da Revolução Francesa, igualdade ainda é utópica em muitos lugares do mundo, em especial, na macrorregião latino-americana e caribenha.

Discutir e refletir sobre desigualdade aliada à pobreza, em relação à infância e à criança na América Latina e Caribe, implica não só em identificar o local ou o grupo social, mas tudo que está envolvido, como a constituição do Estado de direito e as políticas públicas.

Atendimento à infância e à criança não é suficiente, se não houver um planejamento de política e social, com efetiva intervenção alinhada aos órgãos internacionais. A discussão e a reflexão devem encaminhar ações de intervenção social, política, educacional, de saúde, de segurança social e pessoal, enfim.

Atores das diversas instâncias sociais, conscientes da situação de desigualdade e pobreza, se posicionam a favor da transformação da realidade, fortemente consolidada no capitalismo que tende, nesse momento de pandemia da COVID-19, a atacar os mais vulneráveis, na infância, sobretudo. Os pais e responsáveis por essas crianças, uma vez, sem emprego, estarão suscetíveis, sem dúvida, à ampliação das desigualdades e da pobreza, da exclusão aos espaços de educação que optam pelo ensino remoto, por exemplo, e outras questões mais agravantes, como violência, acesso à alimentação, etc.

Nesse sentido, as ações de intervenção resvalam no obstáculo das estruturas políticas neoliberais e com forte peso cultural colonialista, patriarcal, de dominação e exclusão, no sentido mais amplo possível. Dessa forma, para os estudos sobre a infância e a criança na América Latina e Caribe, implica organizar discussões e reflexões sobre quem são essas crianças e qual infância, qual sua região geográfica, quais os aspectos político-social-econômicos a que estão submetidas e como eles são afetados no interior das democracias contemporâneas e no próprio sistema capital.

A pergunta central deste presente estudo pode ser assim formulada: que reflexões podem ser organizadas para um debate sobre as desigualdades sociais e a pobreza da infância e da criança latino-americana e caribenha?

A metodologia é bibliográfica, segundo Sampieri, Fernandes-Collado e Lúcio (2006), em que, por meio de fontes documentais, se estruturam respostas à problemática da pesquisa, mas permitem também a organização de categorias temáticas e encaminhamentos de propostas para novas ou outras investigações ou elucidação investigativa de temáticas relevantes e urgentes ao campo da ciência.

O artigo está estruturado em três partes centrais: a primeira trata da desigualdade e pobreza na América Latina e Caribe. Essa seção procura estudar o conceito em alguns estudos e pesquisas na temática, abordado na próxima seção. A terceira seção fará reflexões sobre infância e criança latino-americanas e caribenhas, identificando estudos e dialogando com documentos oficiais, pesquisas e publicações sobre desigualdade e pobreza. Na seção "Reflexões para um debate", na forma de considerações finais, pretende-se elaborar alguns encaminhamentos para debate sobre infância e criança na América Latina e Caribe, no tocante ao tema das desigualdades e pobreza.

2 DESIGUALDADE E POBREZA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Segundo Jorge Schwartz (1993), o conceito de "América Latina" é tanto um construto político quanto literário, surgido em 1836 em um artigo de Michel Chevalier e por José María Torres Caicedo. Para fins do presente estudo, América Latina e Caribe é não apenas uma "localização" geográfica, mas, fundamentalmente, *práxis*, sobretudo, em se tratando de infância e criança, e não qualquer infância e qualquer criança. Estão em destaque a infância e a criança "vulnerável", no sentido mais amplo.

Outra informação dada por Schwartz (1993) sobre a terminologia "América Latina": termo utilizado na literatura, durante o século XIX, como sinônimo de "América Hispânica", é que o autor chama a atenção que o Brasil fazia parte dessa "América", mas com a particularidade de falar o português de Portugal e se caracterizar por "maior extensão territorial" (SCHWARTZ, 1993, p. 188).

América Hispânica não podia ser adotada sem contar certo "isolamento" do Brasil com os países de língua espanhola, em razão do longo período imperial, a partir de 1808, aqui no Brasil.

Com base no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROLALC - da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ao tratarmos de América Latina, estamos tratando dos países da América do Sul e Central, portanto, do Uruguai ao México. Deve-se considerar ainda que, nessa América, temos um país que fala francês, a Guiana Francesa, que faz parte da América do Sul; igualmente, na mesma região, o Suriname e a Guiana falam, respectivamente, o neerlandês e o inglês.

Caribe é o nome dado as muitas ilhas próximas dessas duas Américas e que possuem o idioma inglês, como também o espanhol. No Brasil, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ mantém a Revista Brasileira do Caribe que, sem dúvida, é um grande referencial, dentre outros, sobre estudos,

não somente "sobre" e de escritos de "fora", em que se apresentam pesquisadores do próprio Caribe, falando sobre si e produzindo conhecimentos sobre as suas múltiplas ilhas e seus desafios, tanto políticos quanto sociais, no âmbito dos estudos denominados de "América Latina e Caribe".

Incluem-se, nesses estados contemporâneos, as nações e povos indígenas, com seus múltiplos *modus* culturais e de idiomas, e, principalmente, de conhecimentos e saberes milenares.

Essas grandes regiões (macrorregião), Américas do Sul e Central e as Ilhas Caribenhas, integram um espaço geográfico e político que, nos últimos anos, segundo Bringel e Varela (2016), com a ascensão de governos de centro-esquerda, cumpriram a proposta de reduzir a fome e a pobreza, conduzindo estados contemporâneos rumo ao desenvolvimento e crescimento.

Nessa perspectiva, definir esse ponto de partida é crucial para o entendimento das discussões e o debate que será efetivado na seção final, com um roteiro de questões sobre os desafios no campo dos estudos e das políticas sobre desigualdade social e pobreza da infância e da criança latino-americana e caribenha.

No documento ONU-Habitat (2012), 80% da população estão nas cidades e é a urbanização aglomerada uma das principais variáveis da desigualdade e da pobreza na macrorregião.

Com o crescimento urbano, o desafio da diminuição das desigualdades e a erradicação da pobreza tem sido um dos grandes temas, não só de estudos, mas de planejamentos de políticas para as cidades.

Como a região da América Latina e Caribe é marcada por graves desigualdades sociais, os desafios da mudança desse quadro, segundo o documento ONU-Habitat (2012), têm sido encarados pelos estados contemporâneos, com iniciativas de combate à pobreza e preocupações com moradia, sobretudo das camadas mais pobres.

Para Passades (2016), além da urbanização "aglomerada", é decisivo para a perpetuação das desigualdades e a pobreza, a concentração de poder pelas elites locais em cada região.

Ampliando e retomando o conceito de desigualdade, a CEPAL, na "trilogia da igualdade" (CEPAL, 2016 a), constrói o conceito de desigualdade e que está contemplada, atualmente, na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Na Agenda 2030, são 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, com 169 metas, elaborados em 2015 pelas Nações Unidas, visando, sobretudo: 1) concretização dos Direitos Humanos; 2) Igualdade de Gênero; 3) Empoderamento de Mulheres e meninas. Equilibram o tripé do desenvolvimento sustentável os fatores econômico, social e ambiental.

Além disso, o eixo 10, das desigualdades, na Agenda 2030, prevê a "redução" das desigualdades com objetivos e metas bem estabelecidas.

A "trilogia da igualdade" presente na publicação da CEPAL, intitulada "Pactos para a Igualdade", resultante do 35º período de sessões da CEPAL, em Lima, Peru, de 5 a 9 de maio de 2014, traz o seguinte lema: "A igualdade é o horizonte, a mudança estrutural organizada é o caminho e a política o instrumento". Define-se, assim, em três aspectos: a hora (percepção, conscientização), o pacto (acordos, negociações e decisões) e, fundamentalmente, a mudança estrutural, visando a uma transformação social efetiva, por meio das políticas públicas.

Desigualdade social está diretamente relacionada à pobreza, que possui raízes no capitalismo e reproduzem as diferenças sociais e econômicas. (PRATES, 2016).

E esse conceito, o da pobreza, assim como definido, por exemplo, em Brasil (2011), no decreto que instituiu o Plano Brasil sem Miséria, deve ser compreendido em sua multidimensionalidade.

A multidimensionalidade do conceito e da categoria "pobreza", segundo Prates (2016) – citando Maria Yasbek (2003) - implica, além do não acesso a bens duráveis e não duráveis, uma dimensão e aplicação política que envolvem os aspectos ligados aos direitos e acessos ao que é público, visando ao bem-viver.

As ações contra a desigualdades e a pobreza devem ser direcionadas: 1) sobre eventos adversos, sobretudo, previsão de tragédias, em locais habitacionais; 2) sobre a realidade das exclusões sociais tanto visíveis quanto invisíveis, principalmente, na valorização da diversidade cultural e no acesso à cultura; 3) sobre a educação; 4) sobre os aspectos demográficos e urbanização; 5) sobre o aspecto da proteção social, na questão principal da saúde, moradia, violência e abuso sexuais, dentre outras medidas e, por último, 5) sobre a atuação da redução da pobreza na organização do mercado de trabalho que atenda as demandas, sobretudo dos jovens (PNUD, 2016).

Um guia para essas ações definidas pelo PNUD (2016) é o coeficiente de Gini e a problematização desse índice nos estudos sobre o tema na América Latina e Caribe, particularmente na infância. O coeficiente de Gini é um importante instrumento de medição das desigualdades, na distribuição de renda, atuando em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país.

Algumas questões problematizadas sobre o dado do índice de Gini é que o mesmo é estático, não dá margem para regiões em potencial, por exemplo. E outra: uma boa distribuição de renda não implica em justiça social, além de que não é possível, com a mensuração, destacar em que local do território a renda pode ser possibilitada a adquirir determinado produto, em um mesmo território. Por exemplo, que preço tem uma terra no norte e no sul do Brasil, diante do poder de compra de um brasileiro(a) classe média? O índice de Gini não permite essa projeção (GAITÁN; LANZARA, 2018).

A política pública, logo, a mudança estrutural do estado é o motor chave para interromper o ciclo de reprodução histórico que mantém a pobreza, reproduzindo as desigualdades sociais na macrorregião.

3 INFÂNCIA E CRIANÇA LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS: DOCUMENTOS E PESQUISAS SOBRE DESIGUALDADES E POBREZA

Falar das desigualdades sociais da infância e da criança na macrorregião implica um exercício do olhar sobre a realidade social, o que existe de fato aliado a estudos e informações estatísticas com a finalidade última de evidenciar o protagonismo infantil, um *epistemê* infantil e de criança latino-americana e caribenha.

A possibilidade dessa construção epistêmica está ainda em construção e de difícil delineamento, pois são pouquíssimas as pesquisas que abordam essa temática mais abrangente à macrorregião. Entretanto, se a proposta é, ao final designar e evidenciar os atores infantis, logo essa *epistemê* pode estar ou se dar no campo da sociologia da infância – e esse é o ponto de partida deste artigo, com uma possível "agenda crítica para os estudos da criança", apoiada em Sarmiento (2015).

A agenda crítica de que trata Manuel Sarmento estrutura-se em cinco eixos, sendo um deles “a questão das desigualdades sociais”. Nessa agenda, são propostas duas perspectivas de fundamentação para os estudos sobre a infância e a criança: 1) que seja um estudo multidisciplinar; 2) que assuma o paradigma crítico. Os outros quatro eixos são: normatividade da infância; os estudos pós-coloniais e o cosmopolitismo infantil; a promoção da cidadania infantil e a intervenção social com crianças e as metodologias de pesquisa com crianças.

A reflexão proposta no artigo, que encontra o desfecho em um amplo debate sobre a desigualdade e a pobreza da infância e da criança latino-americanas e caribenhas, não pode estar desvinculada dos fundamentos ou do pano de fundo das políticas, sobretudo, econômicas.

Helen Penn (2002), em um texto traduzido por Fúlvia Rosemberg, tece um estudo extremamente importante sobre o que significa a primeira infância para os órgãos internacionais de financiamento, particularmente o Banco Mundial, e como as políticas macroeconômicas por eles desenvolvidas acarretam fortes impactos nos países mais pobres, no tocante, por exemplo, à mortalidade infantil; acesso limitados aos serviços básicos de saúde, forte presença do trabalho infantil para o mercado internacional, aumento do número de crianças morando na rua, doenças incontornáveis, como a Aids e alguns outros itens e, atualmente, efeitos desastrosos diante da COVID-19.

A atuação do Banco tem impactado decisivamente para o alargamento da desigualdade e da pobreza, sobretudo de crianças (PENN, 2002).

As iniciativas do Banco Mundial continuam sendo o de fornecer dinheiro para que o desenvolvimento infantil, nesses países, tenha um incentivo para diminuir as desigualdades sociais e a pobreza. Na América Latina, países como o Brasil, Bolívia, Colômbia, El Salvador receberam empréstimos do Banco Mundial, para esse fim – investimentos na primeira infância.

Logo, a visão do Banco Mundial se resume em um maior investimento na primeira infância, para que haja, no futuro, adultos produtivos, saudáveis, enfim, que não “onerem” os cofres públicos, principalmente, em educação e saúde. E, por consequência, adultos que, pelo trabalho, contribuam para o desenvolvimento econômico das suas respectivas nações.

A psicologia do desenvolvimento, em particular a de vertente norte-americana, tem servido de base de pesquisas ao Banco Mundial, o que obviamente demonstra, como já nos apontou Sarmento (2015), a hegemonia do modelo de infância e criança a partir dos Estados Unidos da América.

Um dos resultados dessa “psicologização norte-americana” é a intervenção precoce que já está presente no Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro para o decênio 2014 a 2024, em que uma etapa já foi cumprida, que é a matrícula obrigatória de crianças na educação infantil aos 4 anos e, projeta-se, para 2020, a obrigatoriedade abaixo de 3 anos e 11 meses.

Citando pesquisadoras brasileiras, como Maria Clotilde Rossetti-Ferreira e Fúlvia Rosemberg, Penn (2002) afirma que os programas de intervenção precoce – sob influência total, da psicologia do desenvolvimento norte-americana não são direcionados aos pobres, ou seja, são ações parciais e apenas mantêm o quadro de pobreza no acesso a bens públicos, portanto, mantendo as desigualdades.

Vale a colocação, nesse momento, da reflexão sobre as políticas para infância, especificamente no Brasil, a partir do Relatório de Monitoramento Global do UNICEF (UNICEF, 2015) sobre o ideal da Educação para Todos em um período de 15 anos (2000-2015). O documento faz um panorama mundial a partir do primeiro objetivo de uma Educação para Todos (EPT), a “Educação e cuidados na primeira

infância", tendo a seguinte máxima: "Expandir e melhorar educação e cuidados na primeira infância, principalmente para as crianças mais vulneráveis e em situação desfavorável" (UNESCO, 2015, p. 5).

Conquistas e desafios, no caso brasileiro, como também em toda a América Latina e Caribe, estão ligados diretamente às políticas públicas voltadas para a infância, mas que devem sempre ser consideradas, como afirmam Rossetti-Ferreira et al. (2002), como "discurso dos números" que devem ser colocadas sob suspense e criticidade (PENN, 2002). Ademais, são investimentos que não são feitos, como nos países europeus, em que o quesito igualdade é levado a sério, com políticas muito mais extensas no tempo e na qualidade/efetividade.

Sobre as perspectivas e as percepções que diferem países desenvolvidos dos países em desenvolvimento, Rossetti-Ferreira et al. (2002) apresentam o que se pode chamar de teoria das perspectivas da necessidade e dos direitos que embasam políticas para a primeira infância. Na perspectiva de direitos, destaca-se, dentre os tópicos, o fato de a criança ser um participante (protagonista, autor e ator) e o mais importante: direito não é "caridade".

A "chegada" da categoria "infância" nos estudos e pesquisas em território latino-americano e caribenho voltados para o tema da desigualdade tem, como ponto de partida, alguns referenciais como: Rodrigues; Mannarelli (2007), Katzman (2011) e Llobet (2014), portanto, são muito recentes.

O estudo sobre a infância na América Latina pode ser dividido em dois momentos: um primeiro momento é o da invisibilidade e o da não centralidade da criança e repousa sobre obras em língua espanhola, por exemplo, Fernando Devoto e Marta Madero (1999 - "Historia de la vida privada", em Argentina: 3 volumes, totalizando 992 páginas); Rodrigues (2004), na Colômbia, na qual faz um recorte sobre a criança na família no período de 1550-1980; Lvovich; Suriano (2006), na Argentina, na qual fala de políticas sociais às crianças. Outras características desses trabalhos: a criança latino-americana no privado e na família; a criança e as políticas sociais e; a criança e a história da educação. Um segundo momento, em que a criança começa a ser visibilizada, mas suas produções, embora sejam realizadas na América Latina, são produzidas na Europa, Estados Unidos e México. Outro detalhe é que essas pesquisas vão apontar aspectos regionais, países em específico.

O trabalho de Katzman (2011), realizado na parceria entre UNICEF e CEPAL, enfatiza as condições pelas quais a desigualdade e a pobreza precisam ser tratadas visando à proteção e os direitos da infância. Na obra "Infância en America Latina: privaciones habitacionales y desarrollo de capital humano", o autor efetiva a relação existente entre a habitação das crianças na América Latina e o impacto no êxito do desenvolvimento escolar, tendo como pano de fundo teórico o capital de desenvolvimento humano, indicando que o maior investimento na primeira infância redunde em altos ganhos à nação.

Pobreza, para Katzman (2011), deve ser encarada pelos países latino-americanos a partir de quatro elementos centrais: 1) estrutura institucional; 2) infraestrutura ambiental; 3) componente humano e social e 4) outros eixos e temas transversais.

O modelo de Katzman (2011) precisa ser problematizado, sobretudo, quando se trata de articular as discussões sobre infância e criança, particularmente no tema educacional. Todos os eixos e sub-eixos são temas extremamente complexos e também ricos em produção de conhecimento, mas que sofrem o obstáculo político para sua idealização, formalização.

Consultando trabalhos mais críticos e de caráter avaliativo das ações dos órgãos internacionais que tratam da desigualdade e pobreza na América Latina e Caribe, seja no campo das ciências sociais ou educação, temos, por exemplo, Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), Penn (2002) e Lucas (2009), dentre outros. Em relação a modelos de análise de políticas, destacam-se Katzman (2011) e Sander (1995).

Arenhart e Silva (2014), ao efetuarem a relação desigualdades sociais *versus* desigualdades escolares afirmam que a democratização do acesso à escola não resolve o problema das desigualdades sociais. E mais: são as desigualdades sociais que determinam as desigualdades escolares e não escolares. Krawczyk (2018) concorda com esses autores, ao discorrer sobre os desafios da escola pública brasileira.

Sintetizando as reflexões para a organização do debate e seu roteiro: desigualdade e pobreza são conceitos que se complementam; as desigualdades sociais e a pobreza na América Latina e Caribe são inerentes à realidade e possuem um histórico que explica o fato de ser uma das regiões mais desiguais do mundo; a desigualdade e a pobreza atingem, sem dúvida, as crianças e traduzem uma realidade de infância "cruel" que exige uma mudança estrutural urgente do sistema político, social e econômico, pois, sem ele, o tema das desigualdades e pobreza da infância e da criança será apenas um dado, uma constatação, não avançando para efetividades de intervenções na realidade, alterando esses dados negativos por meio de políticas públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo se configuram em reflexões para o debate sobre desigualdade e pobreza da infância e da criança na América latina e Caribe. Por que o debate? Porque se concorda com Arenhart e Silva (2014) que não se deve considerar as desigualdades sociais e as desigualdades escolares, na educação infantil, por exemplo, como "naturais", como bem apontou Penn (2002), e que, inclusive, como reforçam esses autores, que esse ideário de "naturalidade" se mantém firme na academia brasileira e em algumas pesquisas e precisa ser rompido.

É nessa lógica que o presente roteiro para o debate é organizado sobre a América Latina e Caribe, em relação às desigualdades e à pobreza na infância e da criança, com os seguintes elementos:

- Iniciar pelo plano político, os investimentos financeiros e as leis. Conforme discutido, na primeira seção do artigo, a questão mais importante são as estruturas políticas que necessitam ser organizadas, começando pela transparência e olhar social de aprovação ética de seus representantes. A partir desse "resgate" ético, o comprometimento com a sociedade, visando a políticas de alteração dos dados negativos de desigualdade e pobreza das crianças latino-americanas e caribenhas, em que a questão de investimentos financeiros, leis e promoção de políticas públicas, são instrumentos-chave para as mudanças estruturais que se caracterizam desiguais.
- No plano da funcionalidade das universidades, a pesquisa e a extensão que gerem políticas locais. Indicar um caminho de pesquisas na temática das desigualdades e da infância na América Latina e Caribe com estudos comparados e propostas de cooperação entre universidades e grupos de pesquisa. O importante é que sejam discutidas infância e criança a partir e com foco em seus "lugares" político-geográficos, como também, com a criação e inovação de teorias sociais e educativas próprias. Sobretudo, as pesquisas devem proporcionar intervenções na realidade, mudanças estruturais comprometidas com a qualidade de vida e bem estar das crianças. A pesquisa com e sobre as crianças e a infância assumem um caráter prioritário.
- Em destaque: os movimentos sociais, o empoderamento e a emancipação como vertentes de ação na visibilidade dos atores sociais infantis. Isso implica maior participação política da sociedade, a começar na educação infantil, com uma formação pró-democracia que transgride o "colonialismo educativo" (ou a educação colonizadora, que se contrapõe à emanci-

pação, segundo Boaventura Santos) e, portanto, se efetiva no emancipatório. A elaboração e “cobrança” de políticas locais, pelos movimentos sociais, pelos cidadãos em geral, pais, responsáveis, professores, gestores e as próprias crianças, assumem, nessa perspectiva do empoderamento, uma dimensão ampla de direitos e o bem-viver, em sustentabilidade, no aspecto mais amplo do termo.

Na forma de perguntas, o roteiro é assim organizado: três blocos e, em cada um dos blocos, um conjunto de duas perguntas centrais e gerais que permitem desdobramentos.

- Perguntas do bloco 1 – Plano Político: política e políticos. 1) Como e de que maneira canalizar financiamentos à infância e à criança, diante do atual momento global de enxugamento das arrecadações por impostos que, em contraponto e discrepância, se constata a corrupção de estados contemporâneos na América Latina e Caribe? Como recuperar a imagem ética dos políticos latinos e caribenhos, a fim de que as políticas para infância e criança não fiquem reféns de ditames e “ordens” internacionais que apenas querem camuflar e silenciar os reais problemas das crianças e da infância na região?
- Perguntas do bloco 2 – A universidade e sua função social. 1) Como tornar e transformar pesquisas e extensão em políticas de combate à pobreza e às desigualdades de crianças latinas e caribenhas? 2) Quais elementos seriam necessários para que a academia e a produção de conhecimento sobre infância e criança na América Latina e Caribe encontrem produção própria e autenticidade local sem o “aval”, ainda que silencioso, de celebridades intelectuais, sobretudo europeias e norte-americanas, que promovam uma criticidade aos dados estatísticos dos “órgãos-deuses” que estudam e “falam” sobre a América Latina e Caribe?
- Perguntas do bloco 3 – Movimentos sociais e participação cidadã na mudança estrutural do sistema que perdura a pobreza e aceleram as desigualdades. 1) Qual o impacto dos movimentos sociais pró-infância e pró-criança nos municípios em sua articulação nacional? 2) Qual a proximidade das comunidades com os movimentos sociais e as políticas locais, que inclui a universidade e seus projetos de pesquisa e extensão de forma a culminar na elaboração ou acompanhamento de avaliação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e erradicação da pobreza infantil e da criança latino-americana e caribenha?

Para o debate aqui proposto, o artigo se reserva a assumir a limitação de abarcar toda ou parcial literatura sobre desigualdade e pobreza na América Latina e Caribe, em especial sobre a infância e a criança e, por isso, a opção, em grande parte, pelas publicações, inicialmente, da CEPAL. Um encaminhamento posterior está posto, qual seja identificar estudos e publicações sobre o tema, com recortes teóricos e metodológicos outros.

Espera-se que esse roteiro de debate encontre “ecos” com a trilogia da igualdade, atingindo as estruturas políticas e sociais e reverta, consideravelmente, os atuais índices de desigualdade e pobreza na infância de muitos(as) latino-americanos(as) e caribenhos(as), posto que se agravam na atual pandemia da COVID-19. Vale a ressalva de que o debate precisa ser intersetorial e coletivo, sempre levando em consideração a pesquisa e o papel social da universidade junto à sociedade, ao lado, sem dúvida, dos movimentos sociais pró-infância latino-americana e caribenha.

REFERÊNCIAS

- ARENHART, Deise.; SILVA, Maurício Roberto da. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. **Cadernos Ceru**, série 2, v. 25, n.º 1, junho, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89149> . Acesso em: 10 maio 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria.
- BRINGEL, Breno.; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo (RDDA)**, v.3, n.3, especial, p. 474-489, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609> . Acesso em: 10 maio 2020.
- CEPAL. NACIONES UNIDAS. **La matriz de la desigualdade social en América Latina**. I Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe. Santo Domingo, 1 de noviembre de 2016 a.
- CEPAL. NACIONES UNIDAS. **Prospectiva en América Latina y el Caribe**. Instituciones, enfoques y ejercicios. Serie Seminrios y Conferencias n. 86. 2016 b.
- CEPAL. **Pactos para a igualdade**. Rumo a um futuro sustentável. 35º Período de Sessões da CEPAL. Lima, 5 a 9 de maio de 2014.
- CEPAL. NACIONES UNIDAS. **Panorama social da América Latina, 2019**. Resumo executivo. Santiago, Chile: CEPAL, 2020.
- GAITÁN, Flávio.; LANZARA, Arnaldo Provasi. **Políticas sociais e desenvolvimento na América Latina: paradigmas e tendências**. Curitiba: Apris, 2018.
- KAZTMAN, Ruben. **Infancia en América Latina: privaciones habitacionales y desarrollo de capital humano**. Santiago, Chile: CEPAL, UNICEF, 2011.
- KRAWCZYK, Nora (Org.). **Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE/Unicamp; Uberlândia: Editora Navegando, 2018, p.14-22.
- LLOBET, Valeria. (orgs.) **Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión**. Colección Red de Posgrados em Ciências Sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea. **Revista Histedbr On Line**, Campinas (SP), n. 35, p. 126-140, set., 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639618/7186>. Acesso em: 10 maio 2020.
- ONU-HABITAT. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. ONU-Habitat. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012**. Rumo a uma nueva transición urbana, 2012.
- PASSADES, Denise Bianca Maduro Silva. América Latina en discusión: ou sobre a produção de conhecimentos em ciências sociais. **Propuesta Educativa**, v. 2, n. 46, año 25, p. 113-122, nov., 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403049783011>. Acesso em 10 maio 2020.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do banco mundial. **Cadernos de pesquisa**, n.º 115, p. 7-24, março/2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2020.

PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo. Las desigualdades y la re-politización de lo social em América Latina. **Encartes**, v.2, n.º 4, 2019. Disponível em: <https://162.243.168.105/openj/index.php/encartes/article/view/desigualdad-politizacion-america-latina> . Acesso em: 10 maio 2020.

RODRÍGUES, Pablo. MANNARELLI, María Emma. (orgs.). Historia de la infancia en América Latina. Bogotá: Universidade Externado de Colombia, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e o Caribe**. Progreso multidimensional: o bem-estar para além da renda. Nova Iorque: ONU, 2016.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. Uma análise da proposta do Plano Brasil Sem Miséria. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 127-144, 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/6522>. Acesso em: 10 maio 2020.

ROJAS, Norma Eyzaguirre. Perú: prospectiva en educación, claves para el desarrollo. In: CEPAL. NACIONES UNIDAS. **Prospectiva en América Latina y el Caribe**. Instituciones, enfoques y ejercicios. Serie Seminrios y Conferencias n. 86. 2016, p. 157-170.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde.; RAMON. Fabiola.; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 115, mar., 2002.

SAMPIERI; Roberto Hernandez. ; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos. ; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**. Construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem fronteiras**, v.15, n.º1, p. 31-49, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1/articles/sarmento.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

SCHWARTZ, Jorge. Abaixo Tordasilhas! **Estudos Avançados**, v. 7, n. 17, p. 185- 200, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100008 . Acesso em: 10 maio 2020.

SHIROMA, Eneida Oto.; MORAES, Maria Célia M.; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TROJAN, Rose Meri. Estudo comparado sobre políticas educacionais na América Latina e a influência dos organismos multilaterais. **RBPAE**, v. 26, n.º 1, p. 55-74, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19683>. Acesso em: 10 maio 2020.

UNESCO. **Educação Para Todos (2000-2015)**: progressos e desafios. Relatório Conciso. Brasília: UNESCO no Brasil, 2015.

UNICEF. **ECA 25 anos**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. Brasília: UNICEF Brasil, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.